



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo
Estância Balneária

Folha: _____

Proc: _____

INDICAÇÃO Nº 116 / 16

Protocolo: 660/16

Data 27/04/16 Hora: 09:01

Ofício: _____

Aprovado na 11ª SO, realizada
em 28.04.16 adendo

Presidente

LUÍS HENRIQUE CAPELLINI
Presidente da Câmara

Assunto: Convênio para adesão do Programa Família Paulista

Ref: GV – LCPJ.

Bertioga, 26 de abril de 2016.

Excelentíssimo Sr. Presidente

Nobres Vereadores

Luiz Carlos Pacífico Junior, Vereador, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Douto Plenário, apresentar a seguinte INDICAÇÃO:

Sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social, o Programa Família Paulista é uma estratégia de enfrentamento da extrema pobreza, por meio de um modelo de gestão integrada, colaborativa, prática de redes e da ação intensiva de doze meses nas famílias em territórios de alta vulnerabilidade. Tem por objetivo, superar a extrema pobreza no Estado de São Paulo e promover a mobilidade social de forma sustentável.

Compreendemos a pobreza como um fenômeno multidimensional que transcende a ausência de renda e se manifesta em um conjunto de privações de bens, serviços e oportunidades. Assim, o enfrentamento da extrema pobreza é missão de todas as esferas de governo e carece de intervenções simultâneas e integradas, sobretudo no campo da assistência social, habitação, educação e trabalho.

Como exemplo de ações voltadas às famílias poderão ser incluídas a regularização fundiária, as melhorias habitacionais, a facilitação do acesso e permanência na Educação de Jovens e Adultos, o encaminhamento para projetos de capacitação profissional, além do encaminhamento para o atendimento especializado em saúde.

Do ponto de vista metodológico, o Programa está subdividido em dois ciclos de trabalho que acontecem simultaneamente: Ciclo de Trabalho com o Município e o Ciclo de Trabalho com as Famílias, no intuito de garantir aspectos de gestão e articulação municipal e participação das famílias e territórios envolvidos no Programa.



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo
Estância Balneária

Ciclo de Trabalho com o Município

As atividades que envolvem este ciclo de trabalho têm como proposta desenvolver a estrutura de gestão municipal dos processos de trabalho e ações desenvolvidas pelo programa.

Ciclo de Trabalho com as Famílias

A metodologia de trabalho com a família está centrada na promoção de espaços de diálogo que favoreçam o desenvolvimento de competências dos integrantes da família, propiciando o ganho de autonomia e melhoria sustentável em suas vidas.

São exemplos de ações voltadas ao território:

- Expansão da rede de água, esgoto ou energia elétrica;
- Pavimentação de vias públicas;
- Construção ou revitalização de áreas de lazer ou espaços coletivos de convivência;
- Melhoria do sistema de iluminação pública.

São exemplos de ações voltadas às famílias:

- Regularização fundiária;
- Melhorias habitacionais;
- Priorização de vagas em creches;
- Facilitar o acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e permanência nela;
- Encaminhamento para Programas de capacitação profissional;
- Ligação do domicílio à rede de água, esgoto ou energia elétrica;
- Encaminhamento a serviços tipificados no SUAS;
- Inclusão da família na Estratégia de Saúde da Família.

Segundo o site da própria Secretaria de Desenvolvimento Social, inicialmente, serão investidos R\$ 77,5 milhões para alcançar 50 mil famílias. Até 2019, a expectativa é atender cerca de 200 mil famílias e investir mais de R\$ 310 milhões em 24 meses junto às famílias



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo
Estância Balneária


que residem em territórios de alta vulnerabilidade social. Em 2016, a proposta é incluir as regiões metropolitanas da Baixada Santista, Campinas, além do interior do Estado.

Segundo os dados, na qual tive informação da atendente Arlete da Secretaria de Desenvolvimento Social, Bertioga encontra-se no IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social) no grupo 2, indicadores sociais ruins, e no IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) nos grupos 5 e 6, vulnerabilidade alta e muito alta.

Isto posto e sabendo da preocupação do Exmo. Sr. José Mauro Dedemo Orlandini com a classe de extrema pobreza da nossa cidade, solicito que já comecem os estudos, e até mesmo, constitua um grupo de gestores, para melhor aproveitamento do programa para implantação do Programa Família Paulista em Bertioga.

Observados os preceitos regimentais, esta é a indicação que vai devidamente subscrita, requerendo ao setor expediente desta Casa que encaminhe ofício com cópia integral desta ao Executivo.

Em anexo, encontra-se a cartilha do programa.


Luiz Carlos Pacífico Junior
Vereador

LUÍS HENRIQUE CAPELLINI
Presidente da Câmara

Valéria Bento
Vereadora

ELISABETH DOTTI CONSOLO
Vereadora

ALFONSO DARI WEILAND
Vereador

Viz. Antonio Rodrigues Filho
Vice-Presidente

MAN DE CARVALHO
Vereador

JOSÉ FELICIANO IRMÃO
2º Secretário

EDVALDO ALECRIM SILVA
1º Secretário

Família Paulista

Diminuindo a pobreza, promovendo o ser humano





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Governador do Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

Floriano Pesaro

Secretário Adjunto

Felipe Sartori Sigollo

Chefe de Gabinete

Mendy Tal

Assessora Especial de Coordenação da Política Pública

Maria do Carmo Brant de Carvalho

Coordenadora de Desenvolvimento Social

Coordenadora do Programa Família Paulista

Lígia Rosa de Rezende Pimenta

Coordenador de Administração de Fundos e Convênios

Ricardo Gomes Felleger

Coordenadora de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo

Gleuda Simone Teixeira Apolinário

Coordenadora de Ação Social

Marina Amadeu Batista Bragante

Coordenadora de Segurança Alimentar e Nutricional

Rita de Cássia Quadro Dalmaso

Coordenadora de Gestão Estratégica

João Rafael Calvo da Silva

EDESP – Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo

Maria Isabel Lopes da Cunha Soares

Programa Família Paulista

Equipe Técnica

Arlete Felício Graciano Fernandes

Bruno Luiz Salles Teixeira

Denise Prina Dutra Ghiberti

Fabiana Tock

Laís Atanaka Denubila

Leonardo Spicacci Campos

Marina Pan Chacon Liberman

Marly Cortes

Monica Rodrigues Silva

Plínio Meireles

Sueli Barros Pereira



Sumário

Apresentação	7
Justificativa.....	9
Objetivo	9
Desenvolvimento do Programa.....	10
Diretrizes	11
Promoção de Redes de Sociabilidade	12
Desenvolvimento das Capacidades e Habilidades	12
Família no Território.....	12
Promoção da Intersetorialidade	13
Público-Alvo	13
Seleção dos Municípios e Metas de Atendimento	13
Seleção das Famílias	16
Metodologia	17
Ciclo de Trabalho com o Município.....	17
Ciclo de Trabalho com as Famílias.....	18
Modelo de Gestão.....	20
Capacitação	21
Monitoramento e Avaliação.....	21
Reconhecimento de Boas Práticas.....	22
Referências Bibliográficas	23
Referências Estatísticas	23



Apresentação

A extrema pobreza ainda é um desafio a ser superado no Estado de São Paulo.

Segundo o IBGE, do total de 16,2 milhões de pessoas consideradas extremamente pobres no Brasil, cerca de 1,1 milhão residem no Estado de São Paulo, o que representa 2,6% da população paulista. Desse total, cerca de 630 mil concentram-se nas regiões metropolitanas do Estado.

Compreendemos a pobreza como um fenômeno multidimensional que transcende a ausência de renda e se manifesta em um conjunto de privações de bens, serviços e oportunidades.

Assim, o enfrentamento da extrema pobreza é missão de todas as esferas de governo e carece de intervenções simultâneas e integradas, sobretudo no campo da assistência social, habitação, educação e trabalho.

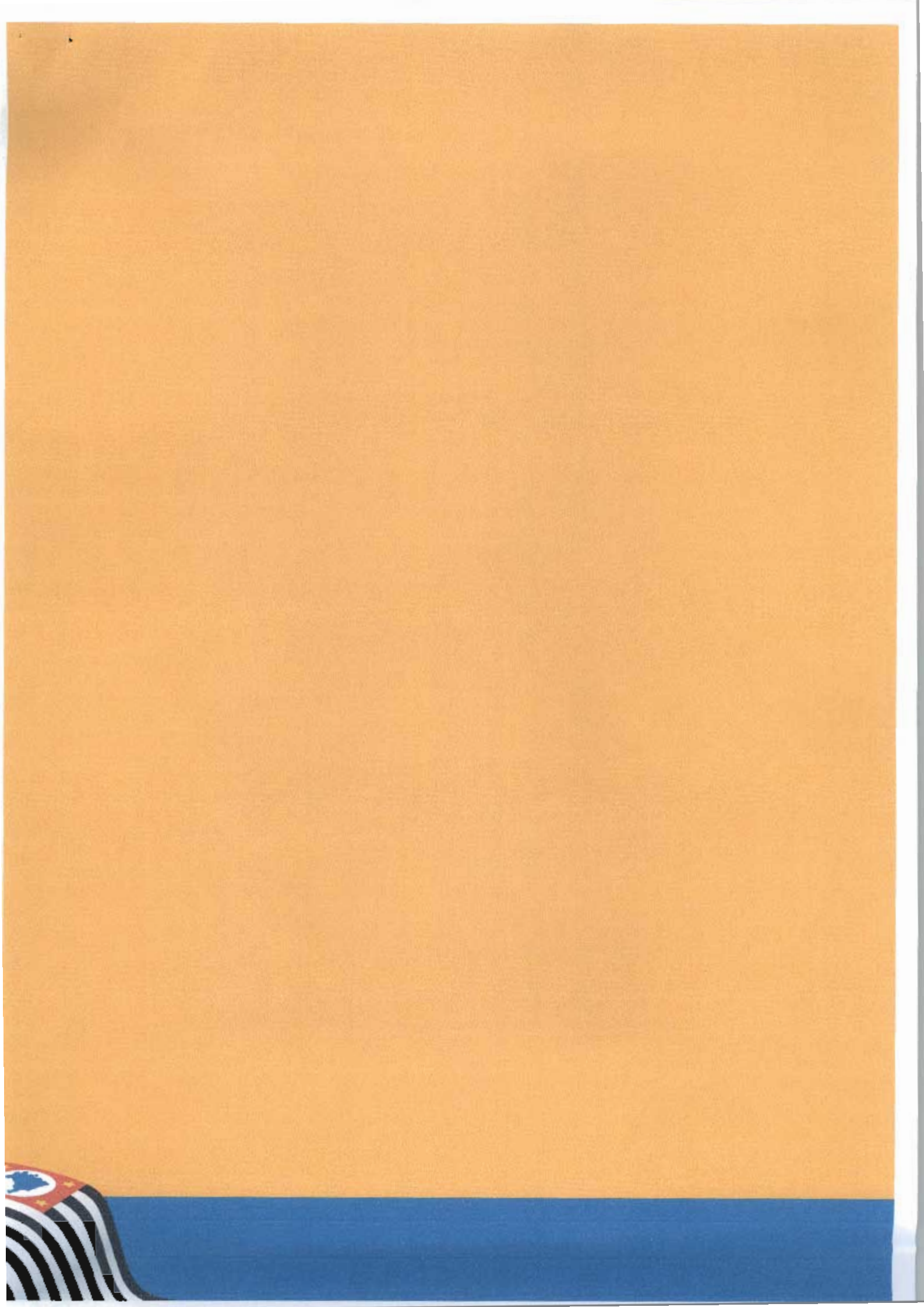
O Programa Família Paulista surge como uma importante estratégia multissetorial para o enfrentamento da extrema pobreza no Estado de São Paulo. Estamos convictos de que o fortalecimento dos municípios e das redes locais e o protagonismo das famílias são os pilares para a realização de uma gestão inovadora e transformadora.

Nesta construção o Estado exerce um papel importante, mas é o município o primeiro elo da cadeia: é ele o realizador das ações.

Nossa tarefa é unir esforços. Estado e municípios, juntos, pela erradicação da pobreza.

Floriane Pesaro

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social



Justificativa

Podemos considerar como “pobres” as pessoas em condição de insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia. Assim, além de indicadores de renda e emprego, enfrentar a pobreza **requer uma nova postura** que considera indicadores de acesso a recursos sociais que interferem no padrão de vida das pessoas, tais como saúde, educação, trabalho e renda e habitação, entre outros.

Como ação prioritária do enfrentamento da extrema pobreza, o Governo do Estado de São Paulo instituiu em 2011 o **Programa São Paulo Solidário** com o objetivo de superar a extrema pobreza no Estado de São Paulo e promover a mobilidade social de forma sustentável.

Na primeira etapa, 97 municípios que apresentavam o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹ do Estado foram selecionados para o atendimento imediato das famílias em alta vulnerabilidade. A base para a seleção foi o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)² do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Por conta de um estudo do Programa de Enfrentamento da Pobreza, em 2015, fez-se necessário um aprimoramento metodológico em relação às fases já implementadas e, a partir deste, foi instituído o **Programa Família Paulista**, com novos critérios de elegibilidade dos municípios e das famílias. Além disso, a nova metodologia prevê o engajamento intersetorial do Executivo municipal nas ações para o enfrentamento, bem como um plano de trabalho intenso e contínuo com as famílias participantes.

Objetivo

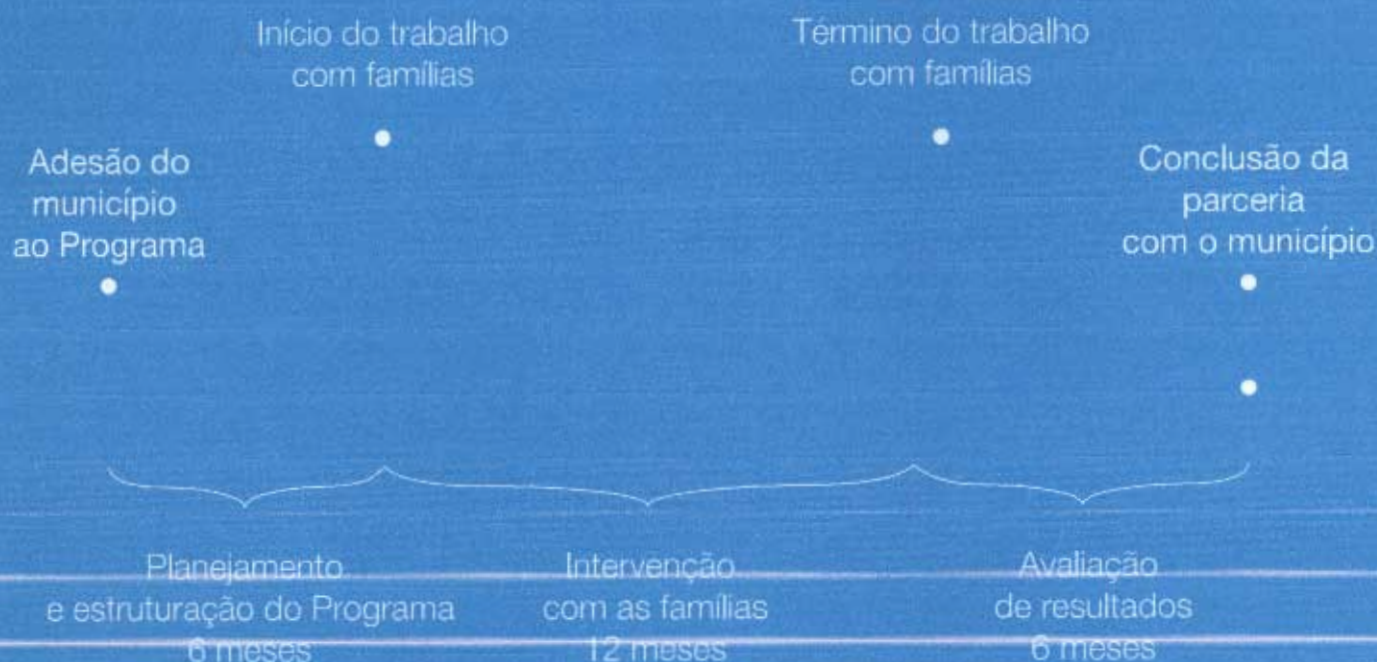
Enfrentar as múltiplas privações das famílias em situação de extrema pobreza e promover o desenvolvimento social.

(1) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador social estatístico composto por três parâmetros: vida longa e saudável, educação e nível de vida como medida de desenvolvimento humano do país, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

(2) Desde 2010, o novo Índice de Pobreza Multidimensional (MPI ou MPI, Multidimensional Poverty Index) suplanta os Índices de Pobreza Humana - IPH (Índice de pobreza ou indicador de pobreza). IPH-1 (Índice de Pobreza Humana para os países em desenvolvimento) (IPH-1, elaborado a partir de 1998) e IPH-2 (Índice de Pobreza Humana para os países da OCDE selecionados) (IPH-2, elaborado a partir de 1998).

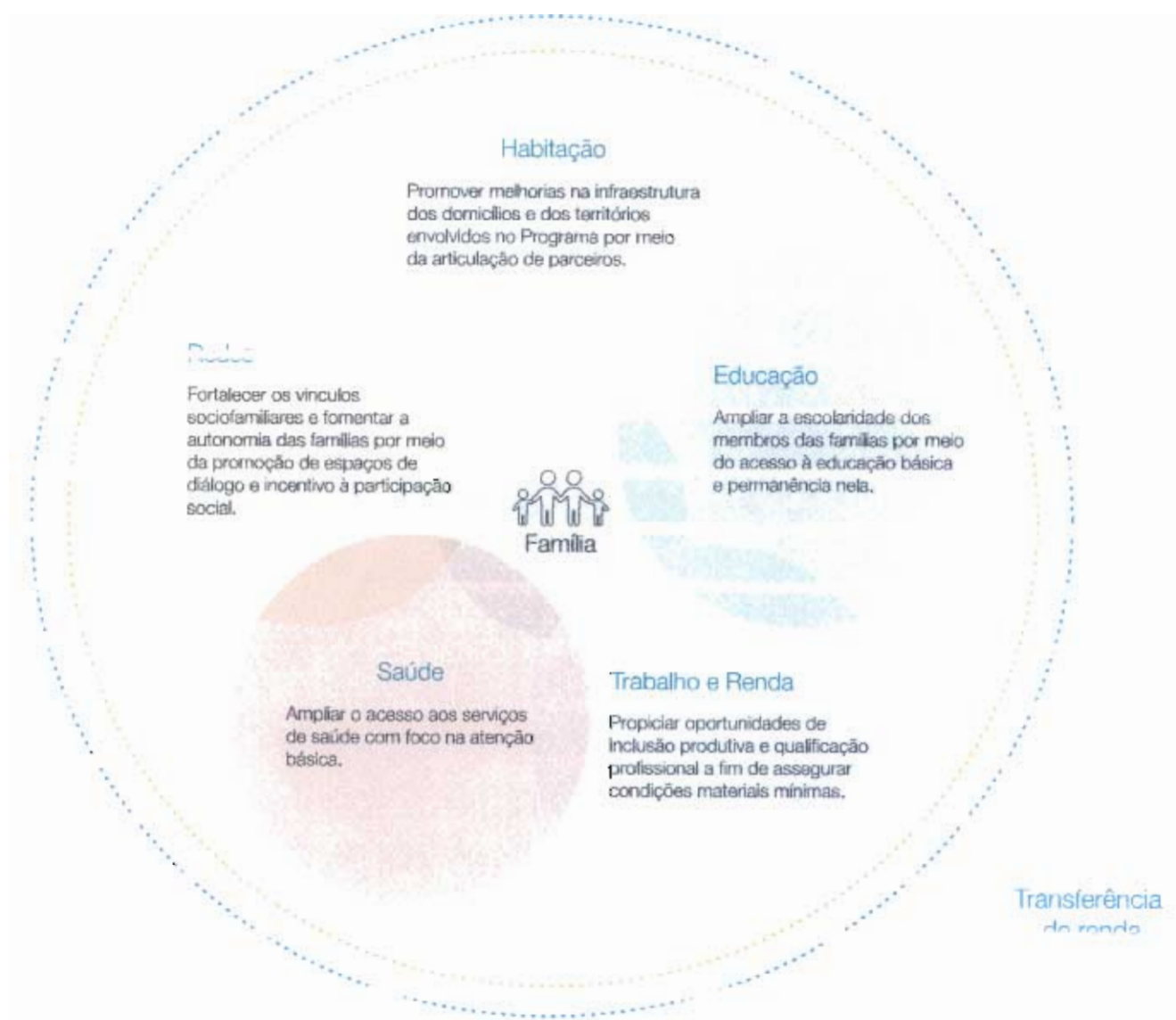
Desenvolvimento do Programa

O período de duração da parceria com o município para o desenvolvimento do programa será de 24 meses, sendo 6 meses para a estruturação e planejamento do Programa, 12 meses de trabalho intensivo com as famílias e 6 meses de acompanhamento pós-intervenção para avaliação de resultados.



Diretrizes

O enfrentamento da pobreza é missão de todos. Embora não prescindir da política de assistência social, deve priorizar intervenções simultâneas e integradas, sobretudo nos campos da habitação, educação, saúde, trabalho e renda. Nessa direção, o Programa Família Paulista foi estruturado em cinco grandes eixos de atuação, conforme ilustra o diagrama a seguir:



Neste contexto é necessária uma nova lógica para a ação pública, em que novas estratégias para o enfrentamento da extrema pobreza precisam ser instituídas, tais como:

Promoção de redes de sociabilidade

O Programa considera a **família como mediadora das relações entre seus membros e a coletividade**. Neste sentido, sua proposta valoriza iniciativas que promovam espaços de diálogos, garantia de convívio, fortalecimento de laços de pertencimento, a construção de programas pessoais, sociais, coletivos e o desenvolvimento da cultura de solidariedade e da equidade.



Desenvolvimento das capacidades e habilidades

Consideramos que as ações voltadas para a redução da extrema pobreza devem concentrar esforços **na promoção da autonomia e protagonismo das famílias** em situação de privações multidimensionais, para que estas possam, também por seu empenho, comprometer-se com seu processo de desenvolvimento e **sua mobilidade social em um ou mais eixos de atuação**.

Desta forma o Programa Família Paulista opta por promover intervenções em que se pretenda produzir mudanças nas condições, capacidades, atitudes e nos comportamentos das famílias em prol da proatividade e mobilidade social.

Família no Território

Outro conceito estruturante do Programa Família Paulista é a compreensão do território como o espaço de pertencimento e sobrevivência, ou seja, **é o local no qual as relações sociofamiliares são expressas** e, por conseguinte, os espaços coletivos constituídos. Deste modo, o Programa propõe estratégias de intervenções capazes de dar respostas a diferentes situações de pobreza, adaptadas aos fatores específicos em cada contexto, oportunizando a oferta de serviços e ações que atendam às necessidades particulares de cada território ou bolsão de pobreza.

Promoção da Intersetorialidade

Hoje, sabemos que existem poucos programas e ações focados no enfrentamento da extrema pobreza. O investimento vai além do econômico: é necessário capital humano, competências e habilidades para trabalhar em prol da transformação dessa população.

O Programa Família Paulista busca **vencer o desafio da abordagem setorializada** efetivando um modelo de gestão integrado e intersetorial, compreendendo ações em dois âmbitos:

1. Parceria entre atores governamentais, privados e da sociedade civil;
2. Articulação entre as diferentes políticas e programas setoriais (saúde, habitação, educação, trabalho, entre outros).

Público-Alvo

Famílias residentes nos municípios do Estado de São Paulo, que já estejam inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), prioritariamente com renda mensal menor ou igual a R\$ 77,00 *per capita*³.

Seleção dos Municípios e Metas de Atendimento

O Programa Família Paulista tem abrangência estadual⁴ e a seleção dos municípios tem como base o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), ambos elaborados pela Fundação Seade⁵.

Utiliza-se o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) como critério de elegibilidade dos municípios, focalizando aqueles que se encontram nos Grupos 2, 4 ou 5 (exceto com Porte Metrópole). Para a seleção dos municípios do interior será utilizado como critério adicional o IPVS, destacando aqueles que possuem maior porcentagem da população em vulnerabilidade alta ou muito alta, o que equivale às categorias 5, 6 e 7 do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).

Seleção

Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)

Grupo	Nível de Riqueza	Indicadores Sociais
1	ALTO	BONS
2	ALTO	RUINS
3	BAIXO	BONS
4	BAIXO	RAZDAVEIS
5	BAIXO	RUINS

Atendimento com IPRS 2, 4 e 5 exceto com porte Metrópole

Critério adicional para municípios do interior

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)

Grupo	Perfil
1	Bastante resiliente economicamente
2	Vulnerabilidade muito baixa
3	Vulnerabilidade baixa
4	Vulnerabilidade média e média alta
5	Vulnerabilidade alta: famílias jovens em setores urbanos
6	Vulnerabilidade muito alta: famílias jovens em aglomerados subnormais
7	Vulnerabilidade alta: famílias idosas, adultas e jovens em setores rurais

Atendimento com maior porcentagem de população em vulnerabilidade alta (IPVS 5, 6 e 7)

(3) Este valor é um parâmetro utilizado no Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal em 2013, podendo sofrer ajustes.

(4) A Fase I do Programa contempla inicialmente os municípios do Interior Metropolitano de São Paulo (IMSP).

(5) Dados provenientes do IBGE e Fundação Seade.

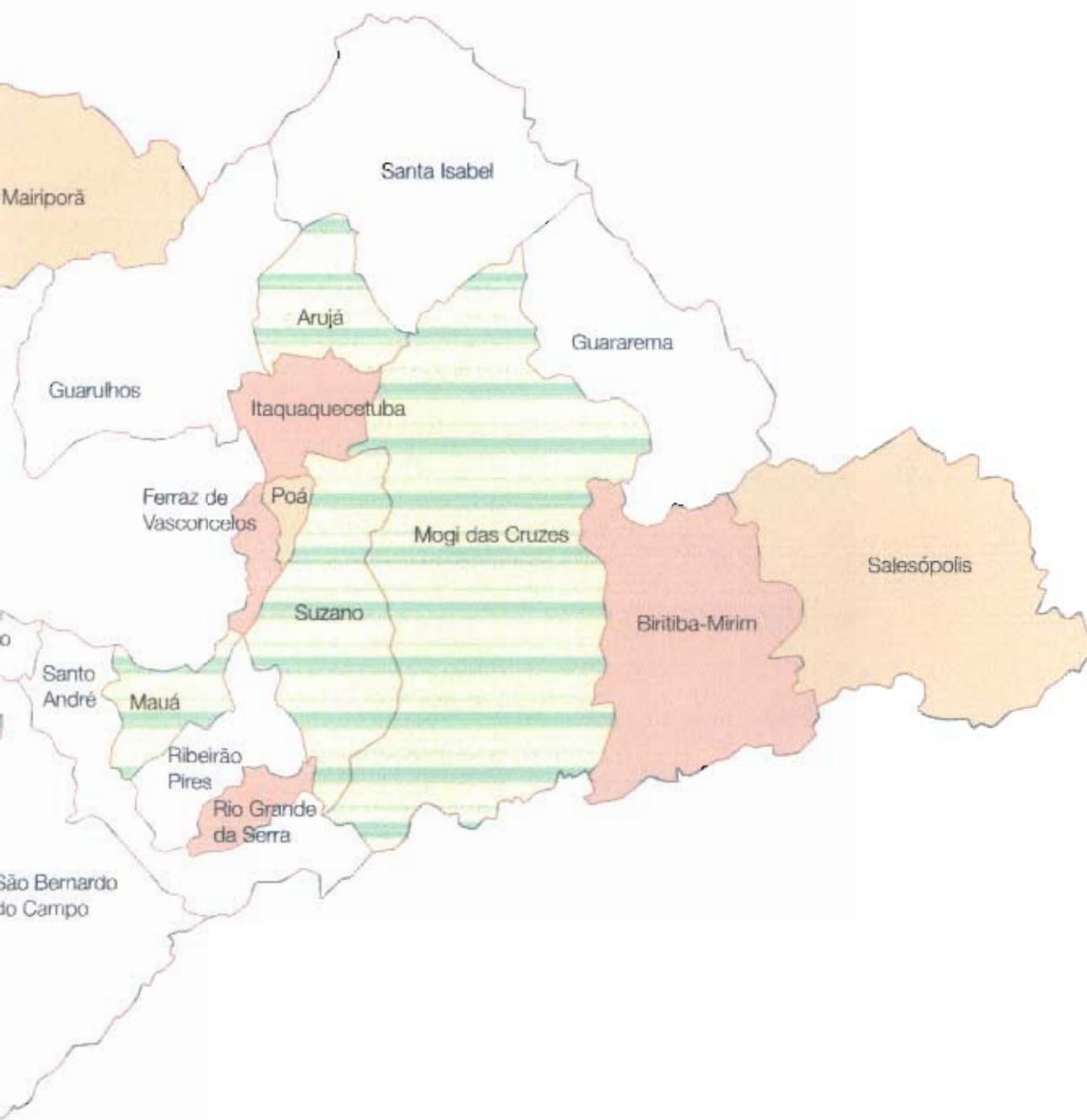
Com base nesses indicadores inicialmente o Programa será implementado em 28 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, conforme mapa abaixo:

LEGENDA DE MAPA

-  Fronteira da DRADS
-  IPRS 2
-  IPRS 4
-  IPRS 5



FAMÍLIA PAULISTA - Municípios da Etapa 2015/2016
Região Metropolitana de São Paulo



Depois da Região Metropolitana de São Paulo, o Programa terá metas de implementação com abrangência estadual até 2019, conforme quadro abaixo:

METAS DE IMPLEMENTAÇÃO

2018 e 2019	2017	2018 e 2019
Região Metropolitana	Interior	Região Metropolitana Interior
37 municípios	43 municípios	43 municípios
20 municípios com até 100 mil habitantes 10 municípios com 100 mil a 200 mil habitantes 7 municípios com mais de 200 mil habitantes	20 municípios com menos de 100 mil habitantes 10 municípios com 100 mil a 200 mil habitantes 13 municípios com mais de 200 mil habitantes	43 municípios com menos de 100 mil habitantes
70 mil famílias	25 mil famílias	105 mil famílias

200 mil famílias até 2019

Seleção das Famílias

Cada município participante do Programa Família Paulista recebe a metas de atendimento estipuladas conforme diagrama abaixo:



Os municípios deverão indicar bairros ou regiões que considerem estratégicas para a implementação do Programa, considerando áreas onde já exista um equipamento da assistência social – especialmente o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

O município deve trabalhar com equipes territoriais especializadas a fim de concentrar os esforços em bolsões de pobreza, o que possibilita maior intensidade de ação e a possibilidade de intervenções de caráter territorial ou coletivo.

Fonte: Secretaria de Estado de Assistência Social

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, o Programa está subdividido em dois ciclos de trabalho que acontecem simultaneamente: Ciclo de Trabalho com o Município e o Ciclo de Trabalho com as Famílias, no intuito de garantir aspectos de gestão e articulação municipal e participação das famílias e territórios envolvidos no Programa.

As atividades que envolvem este ciclo de trabalho têm como proposta desenvolver a estrutura de gestão municipal dos processos de trabalho e ações desenvolvidas pelo Programa. Para tanto, é priorizada a ação intersetorial por meio do fomento de um Grupo Gestor que trabalhe de forma articulada e participativa para a elaboração de intervenções integradas e sistêmicas.

Após a apresentação das diretrizes e propostas gerais do Programa para o governo municipal, espera-se que este inicie a articulação entre suas diversas áreas para a construção de sua estratégia de enfrentamento da extrema pobreza, que será formalizada no **Plano de Ação do Município**. Esse plano deve apresentar a descrição detalhada das ações e serviços a serem implementados no trabalho com as famílias e territórios em situação de extrema pobreza, assim como os territórios de abrangência do Programa e a equipe ligada à implementação em cada local. Preferencialmente as equipes de trabalho devem ser constituídas dentro dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS mais próximos do território selecionado para participação no Programa.

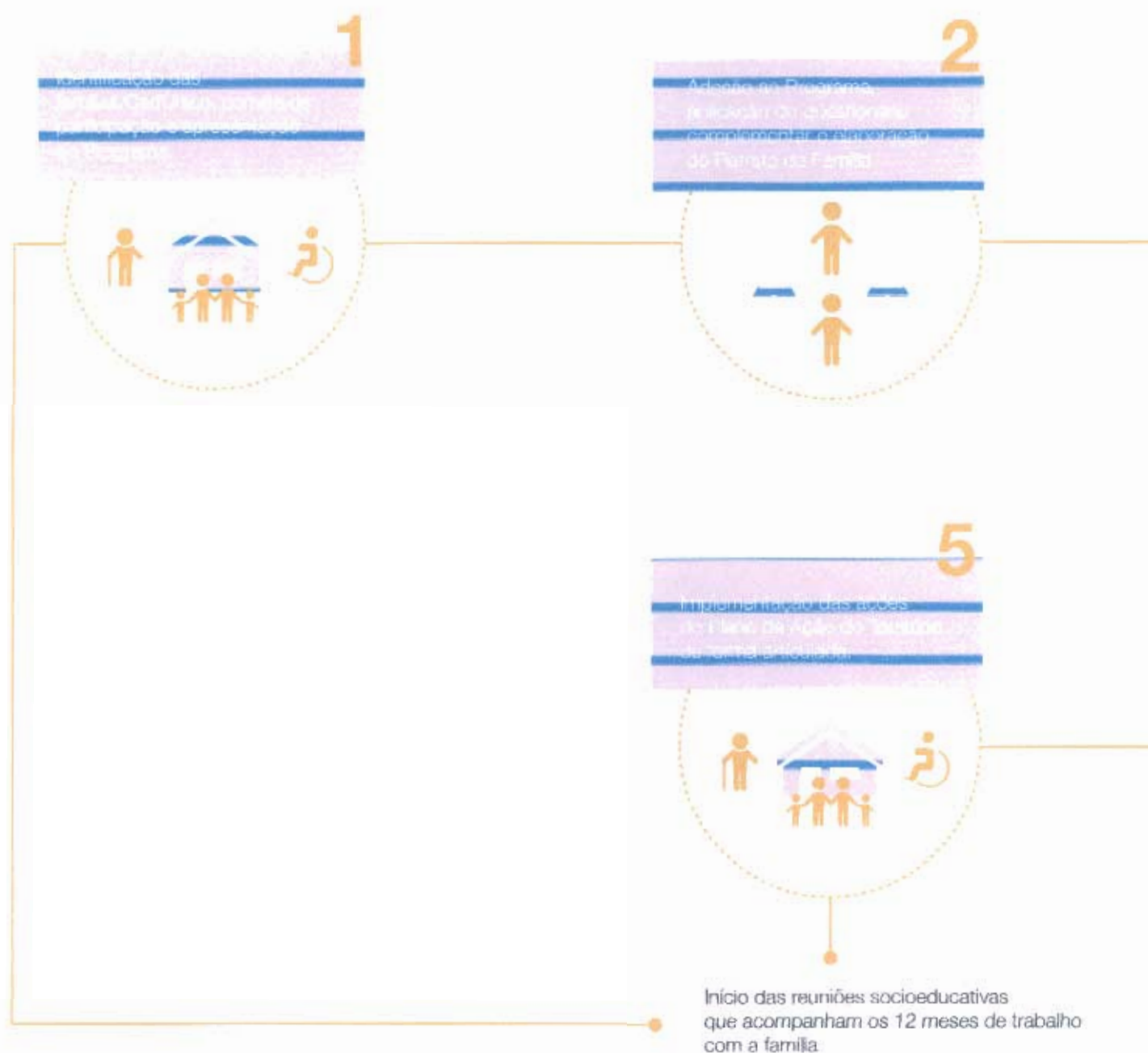
São exemplos de ações voltadas ao território:

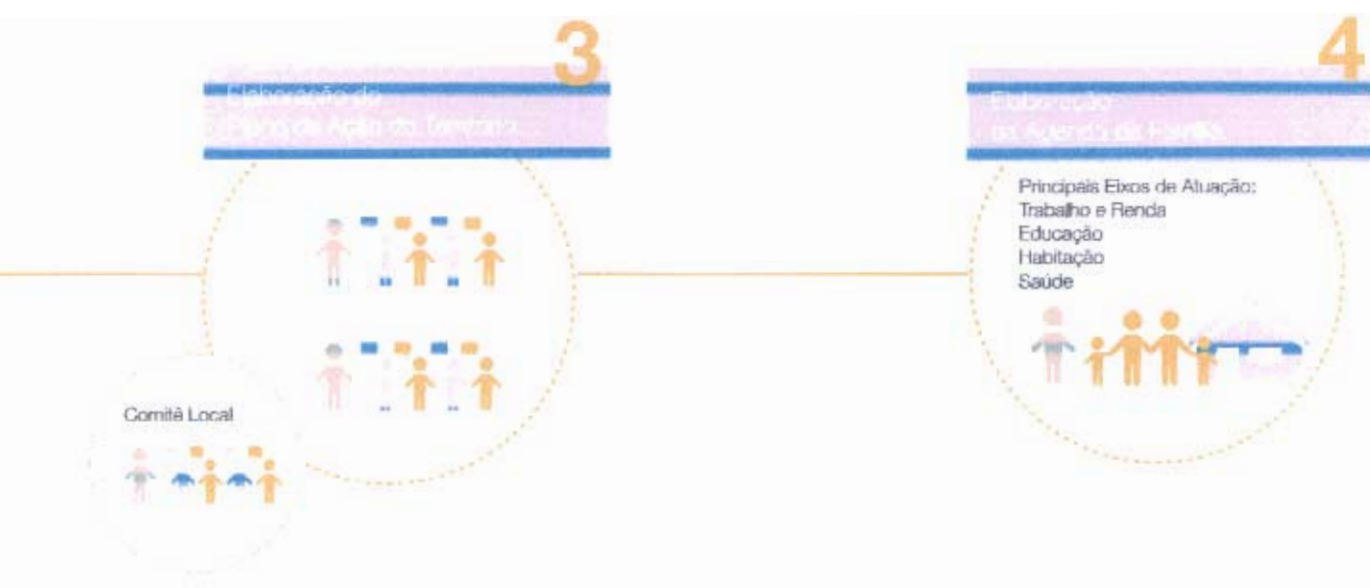
- Expansão da rede de água, esgoto ou energia elétrica;
- Pavimentação de vias públicas;
- Construção ou revitalização de áreas de lazer ou espaços coletivos de convivência;
- Melhoria do sistema de iluminação pública.

São exemplos de ações voltadas às famílias:

- Regularização fundiária;
- Melhorias habitacionais;
- Priorização de vagas em creches;
- Facilitar o acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e permanência nela;
- Encaminhamento para Programas de capacitação profissional;
- Ligação do domicílio à rede de água, esgoto ou energia elétrica;
- Encaminhamento a serviços tipificados no SUAS;
- Inclusão da família na Estratégia de Saúde da Família.

A metodologia de trabalho com a família está centrada na promoção de espaços de diálogo que favoreçam o desenvolvimento de competências dos integrantes da família, propiciando o ganho de autonomia e melhoria sustentável em suas vidas. Consiste em uma sequência de encontros e visitas domiciliares com o objetivo de conhecer a família, suas condições de vida, suas necessidades e suas demandas, culminando no desenvolvimento conjunto de um **Plano de Ação da Família e um Plano de Ação do Território**.





Família completa o ciclo de um ano com mobilidade social em um ou mais eixos de atuação

Modelo de Gestão

O Programa Família Paulista é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo e implementado em articulação com as diversas secretarias do Estado e com os municípios participantes, por meio de uma gestão integrada.

Às Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), no âmbito de suas respectivas regiões, caberá a supervisão e apoio técnico das ações do Programa. A implementação do Programa será efetuada de forma descentralizada, por meio de parcerias com o município e a execução de intervenções com as famílias, que ocorrerão nos equipamentos e espaços dos municípios, considerando as redes de parcerias locais.

Com o objetivo de facilitar a construção e execução de Plano de Ação do Município, o Programa tem como diretriz a instituição de um **Grupo Gestor Municipal**, que terá a função de coordenar, articular e integrar os diversos órgãos municipais e demais atores considerados estratégicos para o sucesso do Programa.

Para o planejamento das ações de base territorial, fortalecimento da participação e mobilização da sociedade civil, propõe-se que seja criado um **Comitê Local** centralizado no CRAS, composto por atores e lideranças locais do território, bem como famílias beneficiárias do Programa, para a discussão de prioridades e encaminhamentos das demandas do território.

Suas ações devem estar voltadas para a promoção da autonomia, corresponsabilidade, engajamento, cooperação, circulação de informação e controle social. Este comitê deverá realizar encontros periódicos de acordo com as necessidades identificadas por seus membros. As equipes técnicas devem considerar espaços representativos e de influência já existentes na comunidade e devem estar presentes como representantes do Governo nas reuniões.

A constituição dessas instâncias tem como premissa fomentar um modelo de gestão integrada no Programa, a fim de gerar maior coordenação e complementaridade das ações, garantindo sinergia e maior focalização das políticas e serviços públicos em prol da mobilidade social das famílias em extrema pobreza.



Capacitação

Para dar unidade conceitual e metodológica às ações e às estratégias implantadas pelo Programa Família Paulista, será desenvolvido um Programa de capacitação, no intuito de contribuir para que todos os atores envolvidos possam ter clareza e apropriação de sua metodologia e de seus propósitos, desenvolvendo as competências, habilidades e atitudes necessárias para a sua implementação.

Neste sentido, o processo de capacitação possui os seguintes objetivos específicos:

- Promover, com os diferentes atores do Executivo municipal, a adesão ao Programa de forma integrada, intersetorial e norteada pelos princípios e metodologia propostos;
- Instrumentalizar as DRADS na gestão do Programa, para o acompanhamento e gestão dos fluxos e processos propostos;
- Estruturar a prática das equipes locais para uma abordagem sistêmica e continuada das famílias e territórios envolvidos no Programa;
- Promover um espaço virtual (educomunicação) para troca e aprendizagem continuada entre os envolvidos.

Monitoramento e Avaliação

O Programa Família Paulista conta com um sólido sistema de indicadores de monitoramento e avaliação de suas ações e de seu resultado efetivo na promoção da mobilidade social das famílias em extrema pobreza.

Em conformidade com os debates mais recentes sobre pobreza realizados por centros de pesquisa, governos e organismos multilaterais em todo o mundo, o Programa Família Paulista utiliza a perspectiva ampla da pobreza em sua formulação, implementação e avaliação, por meio da elaboração do **Índice de Pobreza Multidimensional Paulista (IPMP)**, indicador que norteará a avaliação da eficácia das ações realizadas nas famílias em extrema pobreza no contexto do Estado de São Paulo.

Além disso, durante e após sua implementação, **parâmetros e marcadores de gestão** garantirão à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) e municípios o acompanhamento das ações desenvolvidas a partir das diretrizes do Programa, permitindo a realização de ajustes e correções de forma quase imediata.

Será utilizado um sistema transacional on-line desenvolvido exclusivamente para o Programa que permitirá a troca e o acompanhamento em tempo real de informações entre SEDS, DRADS, gestores e técnicos do município, reduzindo custos e permitindo um monitoramento mais eficaz das ações.

Reconhecimento de Boas Práticas

Busca certificar os municípios que assumiram um compromisso no enfrentamento da extrema pobreza, com a implementação e aprimoramento de programas e políticas de atenção a esse público, promovendo transformações significativas em sua realidade.



Anualmente, serão reconhecidas as melhores práticas no trabalho com as famílias, que mostrem inovação e experiências significativas nos projetos, ações ou atividades implantadas pelos municípios.

Referências Bibliográficas

- BARROS, R. P. de et al. A focalização do Programa Bolsa Família em perspectiva comparada. In: ABRAHÃO, J. de C.; MODESTO, L. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, -17. Ed. Brasília: 405 p. (Série textos básicos; n.25).
- Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Relatório de Desenvolvimento Humano anual é uma publicação editorialmente independente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Para downloads gratuitos do Relatório de Desenvolvimento Humano 2011 em dez idiomas, além de materiais de referência adicionais em seus índices específicos e as implicações regionais, visite: <http://hdr.undp.org>.
- Índice de Pobreza Multidimensional – IPM – Este índice foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e divulgado em 2010. A metodologia permite medir e diagnosticar quais os problemas enfrentados por essas famílias a partir de três dimensões: saúde, educação e padrão de vida.
- Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – indicadores que expressam o grau de desenvolvimento social e econômico dos municípios paulistas. – Metodologia Fundação Seade/ Secretaria de Economia e Planejamento – Governo do Estado de São Paulo.
- Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS – Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo – Metodologia Fundação Seade/ Secretaria de Economia e Planejamento – Governo do Estado de São Paulo.
- Norma Operacional Básica – NOB/SUAS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social.
- PAIVA, L. H., FALCÃO, T. & BARTHOLO, L. (2013) Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: Um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: T. Campello and M. Côrtes Neri (eds), Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, Ipea, capítulo, pp. 25-146, http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf
- Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.
- SPETH, Gustave. Preâmbulo. RDH (1996): Relatório do Desenvolvimento Humano, Pnud/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1996>> Acesso em 12 jun. 2012.
- TASSARA, Carlo. Objetivos de Desarrollo del Milenio, políticas públicas y desarrollo humano en América Latina. Análisis de un caso exitoso en Antioquia. Investigación & Desarrollo, v. 19, n. 2, p. 414-446, dez. 2011.
- VEIGA, José Eli da, Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI, Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Referências Bibliográficas

- Banco Mundial. 2013a. World Development Indicators Washington, D.C.: Banco Mundial. <http://data.worldbank.org>. Acedido em 15 de outubro de 2013.
- Banco Mundial. 2013b. Women, Business and the Law: Creating Economic Opportunities for Women website. <http://wbl.worldbank.org/Data/ExploreTopics/getting-a-job#Parental>. Acedido em julho de 2013.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2014. The State of the World's Children 2013. Nova Iorque. <http://www.unicef.org/sowc2013/>. Acedido em fevereiro de 2014. -----, Vários anos. Inquéritos Conjuntos de Indicadores Múltiplos, Nova Iorque. http://www.unicef.org/statistics/index_24302.html. Acedido em 15 de novembro de 2013.



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Secretaria de Desenvolvimento
Social

Fale conosco:

(11) 2766-2000

faleconosco@desenvolvimentosocial.sp.gov.br

www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br

